



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA  
PROCESSO Nº 42/2024  
DISPENSA Nº 24/2024**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA-MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.954.047/0001-82, aqui representada pela Sra. Presidente ELAINE ANTUNES, torna público que realizará **ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento menor preço na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.

A Dispensa ficará aberta para recebimento de propostas adicionais por um período de 03 (três) úteis, conforme art. 75, § 3º. As propostas adicionais e documentos habilitatórios dos interessados deverão ser encaminhados conforme procedimentos e prazo abaixo:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO:	<b>DIA 28/10/2024 ATÉ O DIA 30/10/2024</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO	secretaria@camaratga.mt.gov.br
LINK DE ACESSO	<a href="https://www.tangaradaserra.mt.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/dispensa-2024">https://www.tangaradaserra.mt.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes/dispensa-2024</a>

Não havendo recebimento de proposta adicional, a contratação será feita com a empresa que propôs o menor valor na pesquisa já realizada para compor o preço estimado.

## 1 – ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

Contratação de serviços de SEGURO DO IMÓVEL da Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT sito a Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195-S, Centro, Cep 78300-900, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN. DE MEDIDA	QTDE ESTIMADA	VALOR UNITARIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	SEGURO DO IMÓVEL (PRÉDIO E CONTEÚDO). CÓD. TCE MT 257483-7.	ANUAL	1	2.044,36	2.044,36

O custo máximo estimado da contratação é de R\$ 2.044,36 (Dois mil e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. A contratação do objeto culminará com a seleção da proposta de menor preço. Em caso de proposta com os mesmos valores será utilizado os critérios de desempate do art. 60 da Lei 14.133/2021.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

---

## 2 – DA HABILITAÇÃO:

Habilitação jurídica:

- Contrato Social ou equivalente a depender da forma de constituição.
- Os documentos apresentados deverão estar acompanhados das alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso,
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,
- Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,
- Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor,
- Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

## 3 – ESCLARECIMENTOS:

Até a data designada para o recebimento final das propostas, qualquer pessoa poderá pedir esclarecimentos deste Aviso de Contratação Direta, através do endereço eletrônico [secretaria@camaratga.mt.gov.br](mailto:secretaria@camaratga.mt.gov.br).

## 4 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Poderá a Câmara Municipal de Tangará da Serra revogar a presente Dispensa Por Valor, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado. A Câmara Municipal de Tangará da Serra deverá anular a presente Dispensa Por Valor, no todo ou em parte, sempre que verificar ilegalidade, de ofício ou por provocação. A anulação do procedimento da Dispensa Por Valor, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no paragrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceite pela Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT.

Tangará da Serra-MT, 25 de outubro de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**Elaine Antunes**  
Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra

**Marciela Di Domenico**  
Comissão Permanente de Contratação

**PROCESSO Nº 42/2024**

**CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA Nº 24/2024**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

## **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de serviços de SEGURO DO IMÓVEL da Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT sito a Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195-S, Centro, Cep 78300-900, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UN. DE MEDIDA</b>	<b>QTDE ESTIMADA</b>	<b>VALOR UNITARIO R\$</b>	<b>VALOR TOTAL R\$</b>
1	SEGURO DO IMÓVEL (PRÉDIO E CONTEÚDO). CÓD. TCE MT 257483-7.	ANUAL	1	2.044,36	2.044,36

1.2. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, conforme disposto no artigo 106 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado por interesse das partes, segundo o art. 107 da mesma Lei, assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

1.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A contratação de seguro para o imóvel (prédio e conteúdo) da Câmara Municipal é essencial por diversas razões, todas voltadas à preservação do patrimônio público, à proteção financeira da instituição e ao atendimento às normas de responsabilidade administrativa.

2.2. A Câmara Municipal abriga bens de valor incalculável, como documentos históricos, mobiliário, equipamentos de informática e eletrônicos, além de outros



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

itens essenciais ao funcionamento das atividades legislativas. Garantir a proteção desse patrimônio é fundamental para assegurar a continuidade dos serviços públicos. A proteção dos bens públicos é uma obrigação dos gestores da Câmara.

2.3. A contratação do seguro é uma medida de responsabilidade que resguarda a administração contra possíveis alegações de negligência na preservação do patrimônio público. O seguro representa um investimento relativamente pequeno em comparação aos potenciais prejuízos que a Câmara Municipal poderia sofrer. Além disso, a possibilidade de personalização das coberturas permite adequar a apólice às necessidades específicas do imóvel e dos bens que o compõem, otimizando o custo.

2.4. Portanto, a contratação de um seguro para o prédio e o conteúdo da Câmara Municipal é uma medida preventiva e responsável, que protege o patrimônio público e evita prejuízos financeiros.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. As condições da apólice de seguro deverão atender ao disposto neste Termo de Referência, bem como às normas regulamentadoras expedidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

3.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

3.3. O contratado deve ser apto para o desempenho das atividades pertinentes ao objeto.

3.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, uma vez que a subcontratação apenas se mostra cabível quando do objeto a ser licitado comporta execução complexa.

3.5. Não é permitido à CONTRATADA a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

3.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões de não há complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

3.7. A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

### **4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1. O seguro predial é para o imóvel da Câmara Municipal de Tangará da Serra, sito a Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195-S, Centro, Cep 78300-900.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

4.2. O início da vigência da apólice deverá ser a partir do dia 02/11/2024 e se dará até o dia 02/11/2025.

4.3. A contratada deverá emitir a apólice no prazo de 15 dias úteis e encaminhá-la para a contratante.

4.4. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na emissão da apólice, a contratada fica obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para a contratante.

4.5. A empresa contratada prestará os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, conforme abaixo:

PREDIO E CONTEUDO	
COBERTURA	INDENIZAÇÃO R\$
INCENDIO, EXPLOSÃO, FUMAÇA, QUEDA DE AERONAVE	5.000.000,00
DANOS ELÉTRICOS	50.000,00
IMPACTO DE VEICULOS	50.000,00
PERDA DE ALUGUEL	100.000,00
TUMULTO, GREVE, LOCK-OUT	50.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL	50.000,00
QUEBRA DE VIDROS	50.000,00
RECOMPOSIÇÃO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS	100.000,00
VENDAVAL, FURACAO, CICLONE, TORNADO, QUEDA DE GRANIZO	200.000,00

OBS: SEM DEPRECIÇÃO

## 5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. A contratação deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3. No presente caso haverá a formalização de contrato.

5.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, ou pelos respectivos substitutos.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

- 5.5. O fiscal da contratação acompanhará o recebimento do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 5.6. O fiscal da contratação anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 5.7. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, com prazo de até 15 (quinze) dias úteis para a correção.
- 5.8. O fiscal informará a autoridade superior a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 5.9. O fiscal comunicará a autoridade competente, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## 6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### Do recebimento

- 6.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente com o recebimento da apólice/boleto pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 6.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento provisório pela Administração e após verificação da qualidade do serviço, mediante atesto na apólice/boleto pelo fiscal designado pela autoridade competente ou por seu substituto.
- 6.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 6.4. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.
- 6.5. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.6. O recebimento do objeto não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Da liquidação

- 6.7. Recebida a apólice/boleto correrá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para fins de liquidação.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

- 6.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a apólice/boleto apresentados expressam os elementos necessários e essenciais do documento.
- 6.9. Havendo erro na apresentação da apólice/boleto ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

## Prazo de pagamento

- 6.10. O pagamento será efetuado em parcela única no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 6.11. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do INPC.

## Forma de pagamento

- 6.12. O pagamento será realizado em parcela única através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou pagamento de boleto.
- 6.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou data de pagamento do boleto.
- 6.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 7.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço.

### Forma de fornecimento

- 7.2. O fornecimento do objeto será integral.

### Exigências de habilitação

- 7.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar requisitos abaixo:

### Habilitação jurídica

- 7.4. Contrato Social ou equivalente a depender da forma de constituição.
- 7.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.





# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 7.6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso,
- 7.7. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional,
- 7.8. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),
- 7.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,
- 7.10. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor,
- 7.11. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor.

## 8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.044,36 (Dois mil e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos, a saber:
  - Poder: 01 - Poder Legislativo
  - Órgão: 01 – Poder Legislativo
  - Unidade Orçamentária: 02 – Secretaria da Câmara Municipal
  - Função: 01 – Legislativa
  - Subfunção: 122 – Administração Geral
  - Programa: 0001 – Atuação Legislativa, Administrativa e Fiscalizadora
  - Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção da Secretaria da Câmara Municipal
  - Categoria Econômica: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
  - Fonte de Recurso: 1.500.0000000
  - Ficha da Despesa: 49

Tangará da Serra, 21 de outubro de 2024.

**Considerando que o Termo de Referência foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender a demanda exposta pela Câmara Municipal de Tangará da Serra, aprovo este Termo.**





# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

---

ELAINE ANTUNES  
Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**MODELO MINUTA DO CONTRATO Nº xx/2024**  
**PROCESSO Nº xx/2024**  
**DISPENSA Nº xx/2024**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA/MT**, com sede na Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195-S, Centro, CEP 78300-900, na cidade de Tangará da Serra/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 03.954.047/0001-82, neste ato representada pela Presidente Elaine Antunes de França, portadora da Matrícula Funcional nº 269, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **XXXX**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXX, sediada na Rua XXX, n.º XX, , Bairro XXXX, Cidade de XXXX-X, CEP XXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXX titular da empresa, conforme atos constitutivos, tendo em vista o que consta no Processo nº XX/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº XX/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de seguro de imóvel para o imóvel da Câmara Municipal de Tangará da Serra, sito a Rua Júlio Martinez Benevides, nº 195-S, Centro, Cep 78300-900, nas condições estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN. DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	SEGURO DO IMÓVEL (PRÉDIO E CONTEÚDO). CÓD. TCE MT 257483-7.	ANUAL	1		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado e demais anexos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do dia 02/11/2024 a 02/11/2025, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021 assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

## CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. A CONTRATADA deverá fornecer o objeto em estrita conformidade com as disposições deste instrumento, com as especificações do Termo de Referência e a proposta de preços que culminaram neste contrato.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**3.2.** A prestação dos serviços será de forma imediata, mediante emissão de pedido ou nota de empenho, emitido pela Câmara Municipal.

**3.3.** A contratada devesa emitir a apólice no prazo de 15 dias corridos e encaminhá-la para a contratante.

**3.5.** A empresa contratada prestará os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste Termo de Referência, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, conforme abaixo:

PREDIO E CONTEUDO	
COBERTURA	INDENIZAÇÃO R\$
INCENDIO, EXPLOSÃO, FUMAÇA, QUEDA DE AERONAVE	5.000.000,00
DANOS ELÉTRICOS	50.000,00
IMPACTO DE VEICULOS	50.000,00
PERDA DE ALUGUEL	100.000,00
TUMULTO, GREVE, LOCK-OUT	50.000,00
RESPONSABILIDADE CIVIL	50.000,00
QUEBRA DE VIDROS	50.000,00
RECOMPOSIÇÃO DE REGISTRO DE DOCUMENTOS	100.000,00
VENDAVAL, FURACAO, CICLONE, TORNADO, QUEDA DE GRANIZO	200.000,00

OBS: SEM DEPRECIÇÃO

**3.6.** A contratação devesa ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devesa ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.8.** A execução da contratação devesa ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal, ou pelos respectivos substitutos

**3.9.** O fiscal da contratação acompanhará o recebimento do objeto, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**3.10.** O fiscal da contratação anotarás no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**3.11.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, com prazo de até 15 (quinze) dias uteis para a correção.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**3.12.** O fiscal informará a autoridade superior a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**3.13.** O fiscal comunicará a autoridade competente, em tempo hábil, o término da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ xxxx (xxxxxx reais) pagos em única parcela.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

**6.1.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado/apólice.

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**7.4.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** Cumprir todas as obrigações assumidas por este contrato, efetuando os pagamentos devidos nas condições estabelecidas.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**8.2.** Realizar o acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato, alertando o executor das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção.

**8.3.** Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

**8.4.** Manifestar-se formalmente, sempre que possível, em todos os atos relativos à execução do presente.

**8.5.** Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa fornecer seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas.

**8.6.** Esclarecer as dúvidas e indagações do Contratado, por meio da fiscalização do contrato.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.1.1.** Indicar nome e manter atualizado, o(s) telefone(s), fax e/ou e-mail do responsável para tratar de assuntos relacionados à este instrumento;

**9.1.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.1.3.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**9.1.4.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**9.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante.

**9.1.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

9.1.7. Comunicar, por escrito, ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.9. Enviar a apólice com a descrição do objeto, manter durante toda a vigência do contrato compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

**12.2.** A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**12.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.4.** A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item 12.1, I, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.5.** A multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 12.1 e será:

- a) Para as infrações previstas nos itens a, b, c, d de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- b) Para as infrações previstas nos itens e, f, g, h de 15% a 30% do valor do contrato licitado.





# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

---

**12.6.** O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1. II, III, IV, V, VI, e VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.7.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1. VIII, IX, X, XI e XII, bem como pelas infrações administrativas previstas no item 12.1. II, III, IV, V, VI, e VII que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.8.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.9.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**12.10.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**12.11.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**12.12.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**12.13.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**12.14.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

**13.1.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**13.1.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

**13.1.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**13.1.3.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**13.2.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**13.2.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**13.2.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**13.2.3.** Indenizações e multas.

**13.3.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**14.1.** As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da seguinte dotação:

- Poder: 01 - Poder Legislativo
- Órgão: 01 – Poder Legislativo
- Unidade Orçamentária: 02 – Secretaria da Câmara Municipal
- Função: 01 – Legislativa
- Subfunção: 122 – Administração Geral
- Programa: 0001 – Atuação Legislativa, Administrativa e Fiscalizadora
- Projeto/Atividade: 2004 – Manutenção da Secretaria da Câmara Municipal
- Categoria Econômica: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
- Fonte de Recurso: 1.500.0000000
- Ficha da Despesa: 49



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

---

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**15.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**15.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**15.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1.** A presente contratação tem como fundamento legal o art. 75, II, da Lei 14.133/02021, sendo vinculada ao processo, ao termo de referência e à proposta que o originou.

**16.2.** É vedado caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira.

**16.3.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**16.4.** A fiscalização do presente contrato será exercida por servidor nomeado através de Portaria específica.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará da Serra para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Tangará da Serra-MT, xx de outubro de 2024.



# CÂMARA MUNICIPAL

Tangará da Serra  
Estado de Mato Grosso

---

---

CÂMARA MUN. DE TANGARÁ DA SERRA  
CONTRATANTE  
CNPJ 03.954.047/0001-82

---

CONTRATADA  
CNPJ 33.449.754/0001-82

**TESTEMUNHAS:**

1) NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
ASSINATURA: \_\_\_\_\_

2) NOME: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_